

RECURSO ESPECIAL Nº 1.627.273 - PE (2016/0248078-2)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **F A T CIMENTO TÉCNICA S/A**
ADVOGADOS : **RICARDO AUGUSTO PONTES PIEDADE E OUTRO(S) - PE019087**
 RENATA SONODA PIMENTEL - PE000934B
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por FAT CIMENTO TÉCNICA S/A, mediante o qual se impugna acórdão (fls. 179/184e), proferido do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que negou provimento a Apelação em Embargos à Execução Fiscal, bem como indeferiu pedido de suspensão do processo de execução.

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 220/223e).

No Recurso Especial, manejado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos art. 265, IV, **a**, e 535, I e II, do CPC/73.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"Pede vênia a recorrente para transcrever o que reza a redação do artigo 265, inciso IV, alínea 'a' do Código de Processo Civil:

(...)

A norma acima transcrita é de caráter impositivo, ou seja, caso o julgamento de uma causa influenciar diretamente no resultado desta demanda, deverá o julgador suspender o seu andamento, sob pena de existir decisões conflitantes.

Essa justamente é a situação dos autos M.M Ministro.

A Recorrente comprovou que aderiu ao REFIS, fato este confirmado pela própria recorrida e que ingressou com mandado de segurança contra ato que indevidamente e ilegalmente a excluiu do referido parcelamento.

Também é fato incontroverso que o referido mandado de segurança, processo n. 2002.34.00.022260-5/DF, possui a favor da recorrente sentença favorável a sua inclusão no REFIS.

Apesar da referida sentença ter sido reformada pelo Eg. TRF/1ª Região, a recorrente ingressou com recurso especial e extraordinário, de acordo com as informações processuais anexadas ao processo, combatendo, entre outros pontos, a forma como fora

excluída do referido parcelamento, pois não foram respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Destarte, o STF em recurso idêntico ao ingressado pela recorrente, em julgamento proferido no RE nº. 669196, decidiu pela existência de repercussão geral sobre 'a possibilidade ou não de notificação de empresa, por meio do diário oficial e da *internet*, para fins de exclusão do Programa de Recuperação Fiscal (Refis)', razão pela qual, o RESP e o RE interpostos pela recorrente ficaram sobrestados no Eg. TRF/1ª Região, como demonstrado e reconhecido nos autos pelas partes, por envolver a mesma matéria.

Ou seja Ilustre Ministro, existe a grande possibilidade de ser dado total provimento ao Recurso Especial/Recurso Extraordinário interpostos pela recorrente razão pela qual, o débito ficará com a sua exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, VI, do CTN.

No mais, nenhum prejuízo será causado a parte recorrida em se suspender a execução, pois não se está buscando a sua extinção, apenas a sua suspensão até o julgamento do recurso extraordinário interposto pela recorrente, nos termos do art. 265, IV, alínea 'a' do CPC, norma esta, como dito, de caráter impositivo.

Assim, não importa se a segurança foi denegada pelo Eg. TRF/1ª Região, pois diante do RE interposto pela recorrente, foi determinado o sobrestamento do feito, face o reconhecimento da repercussão geral no RE 669.196, que trata da mesma matéria.

Repita-se Nobre Ministro, a prova que pode existir decisões conflitantes, nos termos da alínea 'a' do inciso IV do art. 265 do CPC se encontra no fato do próprio Tribunal ter determinado o sobrestamento do processo, até o julgamento do RE 669.196.

E a norma do referido dispositivo tido por violado estabelece em caráter impositivo que diante da possibilidade de existir decisões conflitantes deve ser suspensa a ação.

Caso o RE interposto pela recorrente seja provido, existindo grandes possibilidades, a presente execução ficará suspensa, sem a necessidade do seu bem imóvel penhorado ser vendido em hasta pública, devendo o princípio da razoabilidade prevalecer, já que a dívida se encontra devidamente garantida e não se busca, como dito, a extinção da ação" (fls. 231/233e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, justamente porque teria deixado de examinar a alegação de prejudicialidade externa.

Requer-se, por fim, "a este Egrégio Superior Tribunal de Justiça, que se digne conhecer e dar total provimento ao presente Recurso Especial, reformando os acórdãos recorridos para: - decretar a nulidade do acórdão recorrido e o retorno do processo ao Eg. TRF/5ª Região, face a violação ao art. 535 do CPC e seus incisos, a fim de que haja pronunciamento judicial sobre os questionamentos importantíssimos suscitado em seu apelo e nos embargos de declaração, quais sejam: a) o fato de que a recorrente continua pagando o REFIS até a presente data, devendo também serem abatidos da dívida executada os referidos valores e não apenas até o ano de 2009, bem como, para que a recorrida seja intimada a provar que realmente ocorreu o abatimento, já que o extrato de fls. 111 anexado por ela nos autos não faz menção a nenhuma redução do valor executado; b) haja pronunciamento judicial sobre o fato de que se atualizarmos os pagamentos efetuados pela recorrente até os dias atuais, o somatório dos valores depositados (código da receita 9100), ultrapassam o triplo da quantia executada, o que prova que a recorrente nada mais deve à recorrida e c) Por fim, o acórdão *a quo* também deve ser anulado diante do fato de que a norma do inciso IV do artigo 265 do CPC acima transcrita é impositiva, determinando a suspensão do processo quando existir a possibilidade de haver decisões conflitantes, justamente o caso dos autos. II - Caso considere que não houve omissão, com o prequestionamento da matéria objeto do presente recurso, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, decretando que o acórdão recorrido violou e contrariou a redação do inciso IV, alínea 'a' do artigo 265 do CPC, norma de caráter impositivo, ao não suspender o andamento da execução fiscal, já que restou provado existir a possibilidade de haver decisões conflitantes, a bem da nossa tão buscada Justiça" (fls. 237/238e).

Contrarrazões às fls. 243/246e.

Recurso Especial admitido (fl. 248e).

O recurso merece prosperar.

Está devidamente configurada a omissão, no acórdão recorrido.

Dessarte, embora o Tribunal de origem tenha sido expressamente instado, inclusive mediante Embargos de Declaração, a examinar a alegação de que, no caso, o julgamento do Mandado de Segurança seria prejudicial à análise do cabimento da presente Execução Fiscal, de modo que se revelaria de rigor a suspensão do feito executivo, quedou-se, aquele Sodalício, silente.

Sem embargo, o Tribunal **a quo** limitou-se a afirmar que, uma vez tendo sido cassada a segurança concedida e não gerando, o recurso extremo aviado naqueles autos, efeito suspensivo, não haveria razão jurídica a impedir o curso da Execução Fiscal. Ocorre que a argumentação da ora recorrente não é de que a Execução Fiscal deveria ser

sobrestada em razão de eventual efeito suspensivo do recurso extremo, mas de que a Execução Fiscal deveria ser sobrestada em razão da prejudicialidade externa – a análise do cabimento da Execução Fiscal dependeria do que previamente decidido no Mandado de Segurança.

Assim, resta evidente a omissão viciosa, em que laborou o acórdão recorrido, razão pela qual deve ser colmatada, sob pena de negativa de prestação jurisdicional e violação ao art. 535, II, do CPC/73.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, de modo a determinar, ao Tribunal de origem, o re julgamento dos Embargos de Declaração, aviados pela ora recorrente, com o expresse enfrentamento da questão concernente ao cabimento da suspensão do curso da Execução Fiscal, em razão, especificamente, da ocorrência de prejudicialidade externa.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora